
Publicações legais

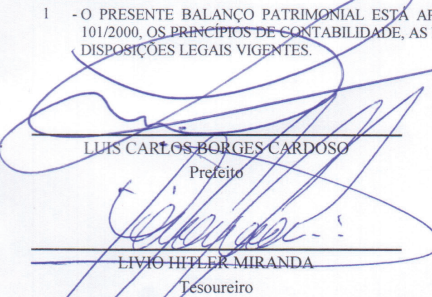
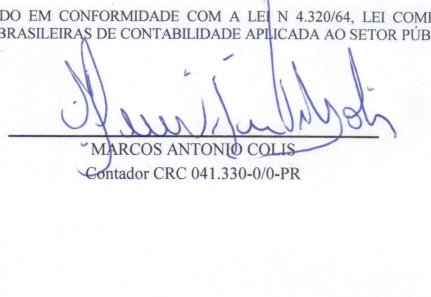
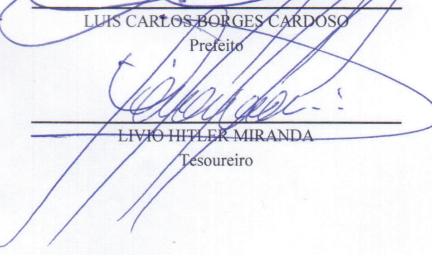
leis@ilustrado.com.br

					
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2019			PERÍODO: 1 a 12		DATA EMISSÃO: 19/02/2020
PÁGINA: 1					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	6.188.505,60	6.215.605,16	PASSIVO CIRCULANTE	1.678.697,60	486.365,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.290.860,43	4.544.294,19	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo	797.290,63	8.340,24
Créditos a Curto Prazo	1.776.311,80	1.588.293,77	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	864.593,43	417.080,18
Créditos Tributários a Receber	1.195.788,26	927.679,20	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	562.117,82	642.208,85	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	40.690,25
Dívida Ativa não Tributária - Clientes	18.405,72	18.405,72	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	16.813,54	20.255,05
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Juros e Encargos a Pagar	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	(-) Encargos Financeiros	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	71.176,84	48.568,20			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	50.156,53	34.449,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	22.460.385,69	19.778.003,43	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.444.965,43	2.831.957,03
Ativo Realizável a Longo Prazo	87.095,84	87.095,84	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Longo Prazo	951.949,87	0,00
Créditos a Longo Prazo	87.095,84	87.095,84	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.392.224,50	1.700.097,93
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	100.791,06	1.131.859,10
Dívida Ativa Tributária	87.095,84	85.844,77	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa não Tributária-Clientes	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	1.251,07	Resultado Diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Juros e Encargos a Pagar	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00	(-) Encargos Financeiros	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	2.810,39	2.810,39	TOTAL DO PASSIVO	4.123.663,03	3.318.322,75
Participações Permanentes	2.810,39	2.810,39			
Participações Avaliadas pelo Método de	2.810,39	2.810,39			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
Imobilizado	22.370.479,46	19.688.097,20			
Bens Móveis	10.639.779,36	9.213.341,31	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Imóveis	11.730.700,10	10.474.755,89	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Resultados Acumulados	24.525.228,26	22.675.285,84
Softwares	0,00	0,00	Resultado do Exercício	1.848.957,01	4.195.159,14
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	22.676.271,25	18.480.126,70
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL	28.648.891,29	25.993.608,59	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.525.228,26	22.675.285,84
			TOTAL	28.648.891,29	25.993.608,59

ATIVO FINANCEIRO	4.292.060,43	4.545.494,19	PASSIVO FINANCEIRO	1.790.541,68	670.756,59
ATIVO PERMANENTE	24.356.830,86	21.448.114,40	PASSIVO PERMANENTE	2.444.965,43	2.831.957,03
SALDO PATRIMONIAL				24.413.384,18	22.400.894,97

Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Convenidas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	11.929.455,49	7.632.493,71
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	11.929.455,49	7.632.493,71

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
01 - Recursos Ordinários / Livres	744.309,14	1.587.523,46
02 - Transferências do FUNDEB	-153.695,65	42.066,24
03 - Transferências Voluntárias	116.694,56	436.954,02
04 - Alienação de Bens	32.034,70	46.825,24
05 - Operações de Crédito	2.096,88	2.054,94
08 - Regime Próprio de Previdência	-841,88	-844,25
09 - Transferências de Programas	1.081.948,54	1.686.579,84
14 - Cessão Onerosa - Pré-Sal	638.683,34	
94 - Valores Restituíveis	0,00	0,00
99 - Outras Destinações/Vinculações	40.289,12	73.578,11
TOTAL	2.501.518,75	3.874.737,60

Notas Explicativas	
1 - O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ESTÁ APRESENTADO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 4.320/64, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE, AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS VIGENTES.	
 LUIZ CARLOS BORGES CARDOSO Prefeito	 MARCOS ANTONIO COLLS Contador CRC 041.330-0/0-PR
 LÍVIO HYLAR MIRANDA Tesorreiro	

Município BRASILÂNDIA DO SUL

UF: ESTADO DO PARANÁ

Página 1 de 1

Balanço Patrimonial

Período: Exercício de 2019

Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	P/F	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	P/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		2.000,00	2.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		402.320,48	396.299,48
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	P	2.000,00	2.000,00	RESULTADOS ACUMULADOS	P	402.320,48	396.299,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		400.320,48	394.299,48				
IMOBILIZADO	P	400.320,48	394.299,48				
TOTAL		402.320,48	396.299,48	TOTAL		402.320,48	396.299,48

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	402.320,48	396.299,48
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	402.320,48	396.299,48
PASSIVO (II)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	402.320,48	396.299,48

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIDOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIDAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0 Recursos Ordinários (Livres)	0,00	0,00
1 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00	0,00
Total das Fontes de Recursos:	0,00	0,00

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas intra OFSS.


Haroldo Pires Ramos
Presidente da Câmara Municipal


Fabiana C. Alarcon de Carvalho
Contadora CRC PR 056267/O-1
CPF 026.081.129-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL					
Estado do Paraná					
EXTRATO DO CONTRATO 09/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2019 PARTES: Pref. Municipal de Cafetal do Sul e A.A. MORO & CIA LTDA.					
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças para parte elétrica e Serviços de Auto Elétrica Automotiva, para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em veículos de qualquer natureza (carros, caminhões, ônibus, micro-ônibus, pá-carregadeira, trator, patrôla e etc), do Município de Cafetal do Sul.					
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: PREGÃO Nº 47/2019.					
DOTAÇÃO					
DESCRIÇÃO DA NATUREZA	DOTAÇÃO COMPLETA	NATUREZA	FR	VALOR	RED
MATERIAL DE CONSUMO	07.001.123611400.2045	339030	103	54.886,83	155
MATERIAL DE CONSUMO	05.001.103011500.2022	339030	303	30.651,53	82
MATERIAL DE CONSUMO	10.001.154021300.2009	339030	1000	26.208,27	258
MATERIAL DE CONSUMO	03.001.041221100.2003	339030	1000	9.379,20	13
MATERIAL DE CONSUMO	09.001.206061600.2017	339030	1000	29.408,77	241
MATERIAL DE CONSUMO	08.002.062441501.2064	339030	1000	24.018,27	217
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	07.001.123611400.2045	339039	103	21.208,33	161
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	05.001.103011500.2022	339039	303	20.246,93	93
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.001.154021300.2009	339039	1000	16.666,67	260
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	03.001.041221100.2003	339039	1000	11.279,00	17
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	09.001.206061600.2017	339039	1000	14.807,33	244
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	08.002.062441501.2064	339039	1000	12.506,00	223
		Total		271.146,87	
R\$ 48.344,94 (quarenta e oito mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).					
LTD. Data: 14 de fevereiro de 2020.					
ASSINAM: MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA - Prefeito e A.A. MORO & CIA					

MUNICIPIO DE GUAIÁRA	
ESTADO DO PARANÁ	
ADITIVO CONTRATUAL Nº 039/2020	
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 041/2019, da Inexigibilidade de Licitação nº 025/2019	
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIÁRA	
Detentora da Ata: MARIA MARIA DA ROCHA, CPF Nº 082.160.479-16	
Objeto do Contrato: concessão, pelo Poder Executivo, de benefício financeiro para custear, integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial pelo prazo de 12 (doze) meses, à família da Sra. Maria Madalena da Rocha, que se encontra em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade socioeconômica.	
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato de Adesão nº 041/2019.	
Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do presente contrato por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 05 de agosto de 2020.	
Do valor contratual, o Locatário pagará à Beneficiária, pelo período aditado, o valor total máximo de R\$ 3.103,02 (três mil, cento e três reais e dois centavos), sendo o valor mensal de R\$ 517,17 (quinhentos e dezessete reais e dezessete centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Adesão, Guaiara, Paraná, 05 de fevereiro de 2020.	
ADITIVO CONTRATUAL Nº 040/2020	
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 048/2019, da Inexigibilidade de Licitação nº 027/2019	
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIÁRA	
Detentora da Ata: OSVALDO RICARDO DE CARVALHO, CPF Nº 087.076.639-27	
Objeto do Contrato: concessão, pelo Poder Executivo, de benefício financeiro para custear, integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial pelo prazo de 12 (doze) meses, à família do Sr. Osvaldo Ricardo de Carvalho, que se encontra em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade socioeconômica.	
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato de Adesão nº 048/2019.	
Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do presente contrato por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 12 de agosto de 2020.	
Do valor contratual, o Locatário pagará à Beneficiária, pelo período aditado, o valor total máximo de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Adesão, Guaiara, Paraná, 12 de fevereiro de 2020.	
EXTRATO DA DATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2020	
Pregão Eletrônico nº 007/2020	
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIÁRA	
Detentora da Ata: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 26.816.696/0001-54	
Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guaiara - PR.	
Valor Total: R\$ 276.633,60 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta centavos).	
Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021.	
Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.	
Foro: Guaiara - Paraná, Guaiara, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.	
EXTRATO DA DATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2020	
Pregão Eletrônico nº 007/2020	
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIÁRA	
Detentora da Ata: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 28.093.678/0001-85	
Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guaiara - PR.	
Valor Total: R\$ 43.978,80 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).	
Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021.	
Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.	
Foro: Guaiara - Paraná, Guaiara, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.	
HERALDO TRENTO / PREFEITO	

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2020

Pregão Eletrônico nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Detentora da Ata: ESTRATIT VEGEITAL FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO EIRELI ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.162.170/0001-23

Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guairá - PR

Valor Total: R\$ 30.425,00 (trinta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)

Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021

Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.

Foro: Guairá – Paraná, Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2020

Pregão Eletrônico nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Detentora da Ata: MERCÓ SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.912.018/0001-63

Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guairá - PR

Valor Total: R\$ 41.976,50 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021

Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.

Foro: Guairá – Paraná, Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2020

Pregão Eletrônico nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Detentora da Ata: ECO FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.162.170/0001-23

Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guairá - PR

Valor Total: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos)

Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021

Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.

Foro: Guairá – Paraná, Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2020

Pregão Eletrônico nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Detentora da Ata: BASCEL SOLUCOES LTDA - EPP, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.151.635/0001-02

Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guairá - PR

Valor Total: R\$ 125.101,00 (cento e vinte e cinco mil, cento e um real)

Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021

Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.

Foro: Guairá – Paraná, Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2020

Pregão Eletrônico nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Detentora da Ata: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 06.192.629/0001-18

Objeto da Ata de Registro de Preços: Fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guairá - PR

Valor Total: R\$ 125.101,00 (cento e vinte e cinco mil, cento e um real)

Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 19 de fevereiro de 2021

Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.

Foro: Guairá – Paraná, Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

HERALDO TRENTO / PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 054/2020
Data: 20.02.2020
Ementa: cria fontes de despesas e abre Crédito Suplementar por SUPERAVIT financeiro do exercício de 2019 e anteriores no valor R\$ 1.975.662,08 (um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, seicentos e sessenta e dois reais e oito centavos), e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Normativa nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na forma do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4320/64 no valor de R\$ 1.975.662,08 (um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, seicentos e sessenta e dois reais e oito centavos), na forma abaixo discriminada:
Art. 1º - Fica criada a dotação para ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO do exercício de 2020, a fonte de recurso para despesa ID USO 806, 850, 967, 968, 992, 994, 995, 996, 997, 998, 1000, 10801 e 10802, para atender às Autarquias contidas no Anexo 247/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Normativa nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na forma do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4320/64 no valor de R\$ 1.975.662,08 (um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, seicentos e sessenta e dois reais e oito centavos), na forma abaixo discriminada:
Art. 2º - Governo Municipal
Unidade: 2 - Procuradoria Jurídica
Ação: 2005 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Jurídica
Funcional: 0002.0062.0006
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
58 - 33390930000000000000 - Sentenças judiciais - 850.000,00
Orgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito
Unidade: 1 - Diretoria de Segurança Pública e Trânsito
Ação: 2011 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Trânsito
Funcional: 0006.0181.0011
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
12 - 33180940000000000000 - Indenizações e restituições trabalhistas - 0 9.500,00
Orgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação
Ação: 1003 - Construções Executadas pela Habitação
Funcional: 0018.0482.0014
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
214 - 34495100000000000000 - Obras e instalações - 505 365.000,00
Orgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 1 - Diretoria de Pessoal
Ação: 2020 - Manutenção das Atividades de Pessoal
Funcional: 0004.0122.0015
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
250 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 505 10.000,00
Orgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 1 - Diretoria de Educação
Ação: 2040 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Outros Recursos
Funcional: 0012.0365.0025
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
Orgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 1012 - Aquisição de Bens Imobilizados pela Secretaria Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0029
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
602 - 33390300000000000000 - Material de consumo - 974 8.000,00
603 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 353 1.000,00
605 - 33390300000000000000 - Indenizações e restituições - 974 100,00
606 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 993 1.000,00
612 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 353 7.841,65
613 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 505 76.000,00
614 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 974 6.985,08
615 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 993 55.117,96
Orgão: 1013 - Construções, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde
Funcional: 0010.0301.0029
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
616 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 345 7.224,61
617 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 346 9.161,35
618 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 447 6.586,50
Orgão: 2055 - Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24HS
Funcional: 0010.0302.0031
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
777 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 344 1.000,00
779 - 34495020000000000000 - Obras e instalações - 344 500,00
782 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 344 38.342,76
Orgão: 2059 - Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde e Serviço de Inspecção Municipal (SIM-POA)
Funcional: 0010.0304.0033
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
836 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 352 42.176,68
Ação: 2060 - Manutenção das Atividades do Serviço de Vigilância Ambiental e Controle de Zoonoses
Funcional: 0010.0304.0033
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
1343 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 518 1.000,00
214 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 518 10.269,10
Orgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2063 - Manutenção das Atividades da Proteção Social Básica
Funcional: 0008.0244.0035
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
1345 - 33390930000000000000 - Outros serviços de terceiros - 997 300,00
1346 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 997 795,77
Orgão: 2065 - Manutenção das Atividades da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
Funcional: 0008.0244.0035
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
1347 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 994 52.787,05
Unidade: 2 - Fundo Municipal do Direitos de Criança e Adolescente
Orgão: 6055 - Manutenção das Atividades de Assistência Social a Criança e Adolescente
Funcional: 0008.0244.0039
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
1348 - 33390930000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - 995 64.000,00
1349 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 995 500,87
1350 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 967 84,47
1351 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 997 295,28
1352 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 1.654,80
1353 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 996 786,60
1354 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 998 802,07
1355 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 10801 212,02
1356 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 10802 163,32
1357 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 850 3.700,00
1358 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 967 1.100,00
1359 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 968 500,00
1360 - 34495020000000000000 - Equipamentos e material permanente - 996 36.000,00
Orgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente
Unidade: 2 - Diretoria de Obras
Funcional: 0018.0451.0044
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
1036 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 992 1.000,00
1040 - 34495020000000000000 - Obras e instalações - 992 305.898,07
Unidade: 4 - Diretoria de Agropecuária
Orgão: 1021 - Construções Aquisições de Bens Imobilizados p/ Agropecuária e Meio Ambiente
Funcional: 0008.0244.0045
Referência - Modalidade de Aplicação - Vínculo - Valor
1361 - 33390930000000000000 - Indenizações e restituições - 806 24,10
TOTAL - 1.975.662,08

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do Crédito Suplementar aberto pelo artigo 1º, serão restituídos por intermédio de recursos de SUPERAVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária das receitas oriundas do Exercício de 2019 e anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 20 de fevereiro de 2020.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAIRÁ

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2020 - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRÁ
Contratada: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A. CNPJ Nº 80.227.796/0001-59.
Objeto do Contrato: Contratação da empresa EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A. que será responsável pelo fornecimento de passagens rodoviárias, as quais serão utilizados em atendimentos de vital importância aos pacientes, nos termos do Art. 25, caput da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes.
Valor Total: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).
Prazo de Vigência: início em 20 de fevereiro de 2020 e término em 10 de fevereiro de 2021.
Data de Assinatura: 20 de fevereiro de 2020.
Foro: Guairá – Paraná, Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

PORTARIA Nº 060/2020
Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre proposta(s) apresentada(s) ao edital de Pregão Eletrônico nº 007/2020 - MUNICÍPIO DE GUAIRÁ / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAIRÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre proposta(s) apresentada(s) ao edital de Pregão Eletrônico nº 007/2020, cujo objeto é o Registro de Preços visando O fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guairá - PR. (As empresas):

PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.816.696/0001-54, vencedora dos itens 11, 23, 27, 29, 38, 47, 49, 55, 57, 58, 67, 80, 96, 99, 107, 114, 119, 122, 134, 151, 152, 158, 160, 162, 168, 172, 195, 198, 223, 240, 241, 247, 258, 259, 260, 262, 269, 270, 271, 278, 281, 304, 307, 308, 349, 356 e 359 da licitação, com valor total máximo de R\$ 117,6 e 253 da licitação com valor total máximo de R\$ 1.800,00 (um mil e seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos);

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.093.678/0001-85 vencedora dos itens 51, 59, 61, 91, 176, 227 e 293 da licitação com valor total máximo de R\$ 43.978,80 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos);

ESTRATÍ VEGETAL FARMÁCIA e MANIPULAÇÃO EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 04.162.170/0001-23 vencedora dos itens 117 e 257 da licitação com valor total máximo de R\$ 30.425,00 (trinta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais);

MERCO SOLUCOES EM SAÚDE S/A, inscrita no CNPJ nº 05.912.018/0001-83 vencedora dos itens 44, 182, 273, 274, 318 e 324 da licitação com valor total máximo de R\$ 41.976,50 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos);

ECC FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 85.477.586/0001-32 vencedora dos itens 117 e 257 da licitação com valor total máximo de R\$ 1.800,00 (um mil e seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos);

BASCEL SOLUCOES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 21.515.353/0001-02 vencedora dos itens 142, 209, 237, 333, 334, 336, 339, 346 e 357 da licitação com valor total máximo de R\$ 125.101,00 (cento e vinte e cinco mil, cento e um real);

ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.192.829/0001-98 vencedora dos itens 228 e 230 da licitação com valor total máximo de R\$ 7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos);

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 vencedora dos itens 20, 128, 221, 264, 279 e 284 da licitação com valor total máximo de R\$ 41.955,00 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos);

AGLI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.590.555/0001-48 vencedora dos itens 03 e 68 da licitação com valor total máximo de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais);

MULTIPROF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.421.421/0001-82 vencedora dos itens 63 e 174 da licitação com valor total máximo de R\$ 5.714,00 (cinco mil, setecentos e quatorze reais);

WIE FARMACÊUTICA E NUTRIÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 31.374.700/0001-70 vencedora dos itens 05, 70 e 351 da licitação com valor total máximo de R\$ 6.925,00 (seis mil, novecentos e vinte e cinco reais);

RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 31.905.076/0001-90 vencedora dos itens 18 e 243, 305, 328 da licitação com valor total máximo R\$ 34.496,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais);

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-EPP inscrita no CNPJ nº 85.247.385/0001-49, vencedora nos itens 329 e 332 da licitação com valor total máximo de R\$ 36.150,00 (trinta e seis mil, cento e cinquenta reais);

PROSAUDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.344.756/0001-05, vencedora nos itens 53 e 244 da licitação com valor máximo de R\$ 4.220,00 (quatro mil duzentos e vinte reais);

PROMEFARM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.708.255/0001-98, vencedora nos itens 05, 24, 31, 65, 75, 89, 92, 95, 97, 116, 120, 130, 131, 146, 157, 169, 173, 186, 189, 190, 191, 200, 204, 216, 238, 242, 245, 24, 8.249, 275, 282, 294, 295, 298, 319, 352 e 361 da licitação com valor máximo de R\$ 187.833,70 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos);

PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.355.394/0001-51 vencedora nos itens 250 e 251 da licitação com valor máximo de R\$ 28.240,00 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta reais);

SOMAPRO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.656.468/0001-39 vencedora nos itens 42, 52, 81, 105, 135, 159, 171, 199, 239, 243, 268, 276, 286 e 305 da licitação com valor máximo de R\$ 118.259,95 (cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos);

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.372.020/0001-44 vencedora nos itens 01, 19, 175, 177, 212, 213, 287 e 343 da licitação com valor máximo de R\$ 84.776,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais);

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.372.020/0001-44 vencedora nos itens 01, 19, 175, 177, 212, 213, 287 e 343 da licitação com valor máximo de R\$ 84.776,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais);

A.G. KIENEN & CIA. LTDA., inscrita no CNPJ nº 82.225.947/0001-65 vencedora nos itens 45, 112, 133, 207, 208, 272 e 291 da licitação com valor máximo de R\$ 3.900,00 (trinta mil, oitocentos e noventa e um reais);

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME, inscrita no CNPJ/JME nº 18.337.759/0001-20, vencedora nos itens 25, 26, 28, 37, 48, 50, 69, 71, 101, 108, 118, 127, 137, 143, 154, 180, 181, 192, 256, 290, 296, 303, 309, 310, 312, 342, 347, 354, 36 e 361 da licitação com valor máximo de R\$ 123.515,80 (cento e vinte e três mil, trezentos e quinze reais e oitenta centavos);

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / FILIAL, inscrita no CNPJ nº 05.782.733/0003-00, vencedora nos itens 17, 219 e 343 da licitação com valor máximo de R\$ 25.273,50 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos);

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA/MATRIZ, inscrita no CNPJ nº 05.782.733/0001-4, vencedora nos itens 84, 129 e 194 da licitação com valor máximo de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais);

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.033/0001-92 vencedora nos itens 02, 07, 08, 09, 10, 17, 18, 22, 36, 40, 87, 93, 100, 115, 123, 124, 125, 140, 141, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 173, 183, 184, 185, 193, 197, 201, 202, 206, 211, 213, 215, 217, 218, 224, 226, 229, 232, 233, 236, 246, 254, 261, 265, 267, 273, 277, 280, 285, 289, 297, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 323, 326, 327, 330, 331, 335, 337, 338, 341, 346, 349, 353, 355, 358, 364 da licitação;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guairá, Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

HERALDO TRENTO / PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
LEI Nº 1042
De 20 de fevereiro de 2020

AutORIZA a abertura de Crédito Adicional Especial Categoria Econômica, dando outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Fonte de Recursos de 06.00 - Secretaria de Educação e Cultura

Divisão de Ensino - 1236114502.035 - Manutenção das Escolas Municipais

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Fonte 00 - 05.00 - Secretaria de Obras, Agric. e Serviços Públicos

05.02 - Divisão de Fiscalização de Obras

1545115511.010 - Construção, Ampliação e Ref. de Próp. Municipais

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÃO - 472.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 14.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

1030513022.016 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

2923.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 5.000,00

Fonte 504 - 07.00 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Perobal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 821/2020
RELATÓRIO DE VIAGEM
DESTINO: MARINGÁ
SAÍDA: 27/02/2020 às 06:00 horas
RETORNO: 28/02/2020 às 18:00 horas
Pagamento de uma diária e meia conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R\$438.81 (Quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavo) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de MARINGÁ, para participar de um curso de capacitação sobre ESCUTA ESPECIALIZADA.
Nelson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal
Recebi em _____
ROSANA CRISTINA JULIÃO

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 822/2020
RELATÓRIO DE VIAGEM
DESTINO: MARINGÁ
SAÍDA: 27/02/2020 às 06:00 horas
RETORNO: 28/02/2020 às 18:00 horas
Pagamento de uma diária e meia conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R\$438.81 (Quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavo) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de MARINGÁ, para participar de um curso de capacitação sobre ESCUTA ESPECIALIZADA.
Nelson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal
Recebi em _____
EDIMA MARTA DE MACEDO

[illegible]

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou mandar a execução das suas obras ou atividades previstas:

- I - retirar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parecida, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II - assumir a responsabilidade pela execução do restabele do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi paralisado, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil no momento em que a administração assumiu esses responsabilidades.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL Estado do Paraná NOTIFICAÇÃO Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL Estado do Paraná NOTIFICAÇÃO Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos
---	---

TOTAL		20.340,00
Peróbal, 19 de Fevereiro de 2020.		
ALMIR DE ALMEIDA Prefeito Municipal	AMAUURI DE ALMEIDA Secretário Municipal de Fazenda	

TOTAL		8.730,00
Peróbal, 18 de Fevereiro de 2019.		
ALMIR DE ALMEIDA	AMAUURI DE ALMEIDA	

1º Termo Aditivo do Contrato de Empregada Global nº 93/2019.
Fundamentação: Tomada de Preços nº 08/19-PPM
Contratante: MUNICÍPIO DE PEROLA
Contratada: SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias, estipulado na cláusula sétima do presente contrato, para 27 de agosto

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 11/2019

790.000,00 (setecentos e noventa mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data da Assinatura: 20/02/2020.
JAMIL MENDES
Diretor do Departamento de Compras e Licitação

Publicações Ilustradas

leis@ilustrado.com.br



Município de Tapira

Estado do Paraná

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DE TERMO DE COLABORAÇÃO/TERMO DE FOMENTO

ADITIVO DO OBJETO

ADITIVO DE VALOR

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração/Termo de Fomento nº. 02/2019, celebrado pelo Município de Tapira e pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapira

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. MUNICÍPIO DE TAPIRA, com sede na Rua Paranáguá, nº 518, inscrita no CNPJ nº 75.801.738/0001-57, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Cláudio Sidney de Lima**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.739.507-0-SSP/SP e inscrito no CPF nº 679.723.659-20, em razão da delegação de competência que lhe foi atribuída, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**;

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapira, inscrita no CNPJ nº 00.056.991/0001-24, situada a Rua Maria Carraro de Aguiar, S/N - Centro, Tapira - PR, neste ato representada por seu Presidente, **Wilson Antônio da Silva**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 13.542.598-2, CPF nº 010.355.478-56, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**

OS **PARCEIROS** celebram este termo aditivo, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 13.119/2014, e estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO** do prazo de vigência, **ADITIVO DE VALOR** e **COMPLEMENTAÇÃO DO OBJETO** do Termo de Colaboração/Termo de Fomento nº 02/2019.

Parágrafo Único: No referido valor a ser repassado, estará incluída a verba proporcional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada a vigência do Termo de Colaboração/Termo de Fomento nº. 02/2019 pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir de 01/10/2019 até 01/10/2021.

Parágrafo Único. O Plano de Trabalho fixa alterado quanto ao seu termo final e, se necessário, seu Cronograma de Desembolso, conforme aprovação prévia da autoridade competente

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS

A subvenção à entidade será de até R\$ 309.852,00 (trezentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) anuais, pagos em 12 (doze) parcelas fixas e consecutivas de R\$ 25.821,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais).

Parágrafo Único. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Fonte
008	02.1.10.302.0054.2020	315043	01496

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento o art. 55, caput, da Lei nº 13.119/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração/Termo de Fomento original.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado pela Administração no Diário Oficial do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

Por eslaarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Tapira, 04 de Outubro de 2019.

Cláudio Sidney de Lima
Prefeito

Wilson Antônio da Silva
Presidente da APAE

TESTEMUNHAS:

NOME: **Rafael Rafael Cruz**
CPF: 072.015.989-02
RG n.º: 9.614.890-9

NOME: **Edna Joia Peres da Silva**
CPF: 038.320.699-50
RG n.º: 7.275.263-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

CNPJ 76.247.386/0001-00

Exercício 2020

Decreto nº 10/2020 de 20/02/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARIA HELENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1663/2019 de 04/12/2019,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

10.0001.08.244.0015.2.103	Manutenção do Programa GBF FNAS	1.500,00
294 - 3.3.90.30.00.00	31940 MATERIAL DE CONSUMO	

Total Suplementação: 1.500,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

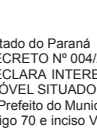
10.0001.08.244.0015.2.103	Manutenção do Programa GBF FNAS	1.500,00
297 - 4.4.90.52.00.00	31940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

Total Redução: 1.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARIA HELENA, em 20/02/2020.

ELIAS BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAJEJARA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 004/2020, de 20 de fevereiro de 2020

DECLARA INTERESSE E NECESSIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE PLENO DOMÍNIO, IMÓVEL SITUADO NO MUNICÍPIO DE TAJEJARA - ESTADO DO PARANÁ.

O Prefeito do Município de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com amparo no previsto no artigo 70 e inciso V, do artigo 71, da Lei ORGÂNICA DO MUNICÍPIO e de acordo com o que lhe facultam as alíneas "b", "c", "m" e "n", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de necessidade e interesse público, para os fins de desapropriação de seu pleno e integral domínio, a se efetivar mediante comutação de acordo extrajudicial ou efetivação por via de ação judicial, com base no preço apurado de R\$ 1.020.000,00 (Um milhão e vinte mil reais) que é o real valor de mercado do imóvel, decorrente da proximidade com a cidade de TAJEJARA-PR, apurado em AVALIAÇÃO prévia descrita no LAUDO DE AVALIAÇÃO emitido em 13 de fevereiro de 2020, por comissão de avaliação nomeada pela Portaria nº 115/2019, pertinente a totalidade da área do LOTE de TERRAS nº 166, da Gleba Ribeirão Concórdia, situado no Município de Tapejara, nesta comarca, com área de 411,40 metros quadrados, ou ainda, 17,00 alq. (dezessete alqueires paulistas) de terras, com os seguintes limites, divisas e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que cravado na margem esquerda do córrego Potinga, segue confrontando com o lote nº 167, no rumo N.O. 64° 30' cerca de 1,120 metros, até um marco colocado na beira de uma estrada que vai para o Patrimônio Marabá; daí mede-se pela dita estrada, rumo ao Patrimônio Marabá - 1.331,00 metros aproximadamente, até um marco colocado na lateral da locação da estrada de ferro do DNEF, deste ponto segue acompanhando a lateral da locação da estrada de ferro DNEF, rumo ao Patrimônio Marabá, até a margem esquerda do córrego Potinga, e finalmente, descendo por este, segue até ao ponto de partida. - Origem. Transcrição nº 18.557 deste Registro", objeto da Matrícula nº 85, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da comarca de Cruzeiro do Oeste-PR.

Art. 2º A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente, sendo fundamental a mais imediata imissão provisória de posse no imóvel, em procedimento de desapropriação, mediante comutação de acordo extrajudicial ou efetivação por via de ação judicial, desde logo autorizado, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941, § 1º. A colocação em prática da efetivação da implantação do distrito industrial dependerá da aprovação do respectivo projeto técnico básico, por parte do Poder Público, nos termos do previsto no § 2º, do artigo 5º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 6.602, de 1978, sem prejuízo da desapropriação e imediata imissão de posse na parte objeto do interesse público, concretizando a supremacia do interesse público sobre o privado.

§ 2º. Para ciência inequívoca das partes interessadas, mas, sobretudo, conhecimento de terceiros e segurança jurídica, este decreto de necessidade, utilidade e interesse público deverá ser avertado na Matrícula do imóvel objeto de interesse para desapropriação.

Art. 3º O objetivo da desapropriação é atender a necessidade e relevante utilidade pública de implantar futuro distrito industrial do Município, construir prédios de centro de eventos e arena multiuso e poliesportivo do Município, especialmente, para não perder recurso financeiro decorrente de emenda no orçamento Municipal e contrapartida com recursos próprios, que para ter o recurso financeiro depende da apresentação de imóvel certo, determinado em projeto, que o Município tenha que ser imitado na posse direta e venha ter propriedade, sob pena de perda dos recursos advindos de convênio e autorização de contratação de operação de crédito, para realização de obras essenciais e fundamentais do desenvolvimento econômico e social do Município e concretizar os diversos interesses públicos pertinentes.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista no orçamento do Município, consignadas sob o nº 09.001.22.661.0015.1.102 - 4.4.90.52.00.00 Aquisição de Terreno para área industrial.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições contrárias.

Prefeitura do Município de Tapejara-PR, 20 de fevereiro de 2020.

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE TAPIRA

Estado do Paraná

Exercício: 2020

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Período de 01/01/2020 a 31/01/2020

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDNEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, e no inciso V do artigo 71 da Lei ORGÂNICA do Município de TAPIRA de receberes do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinam, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Recorta	Data	Descrição	Valor
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	10/01/2020	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	254.501,57
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00.00.00	10/01/2020	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	13.607,57
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	10/01/2020	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	110.138,50
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	30/01/2020	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	283.811,75
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00.00.00	02/01/2020	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	729,00
1.7.1.8.01.1.02.00.00.00.00.00	02/01/2020	PROJETO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAR	32.407,65
1.7.1.8.01.1.03.00.00.00.00.00	02/01/2020	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	13.750,00
1.7.1.8.01.1.108.00.00.00.00.00	02/01/2020	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	4.000,00
1.7.1.8.01.3.1.02.00.00.00.00.00	11/01/2020	ASSIST. FINANCEIRA COMPLET. AOS ESTADOS, DE E MUNICÍPIOS P AGENTES DE COMBAT	3.750,00
1.7.1.8.02.2.1.00.00.00.00.00.00	21/01/2020	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	75,98
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	17/01/2020	INC. FINANCEIRO AOS ESTADOS, DE E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DE	966,33
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00.00.00.00	17/01/2020	Transferência do Salário-Educação - Principal	26.426,63
1.7.1.8.05.4.1.00.00.00.00.00.00	27/01/2020	Cota-Parte da Fundo Especial de Fomento - FEP - Principal	12.765,17
1.7.1.8.05.2.1.01.00.00.00.00.00	08/01/2020	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	33.675,41
Total			790.790,49



MUNICÍPIO DE TAPIRA

Estado do Paraná

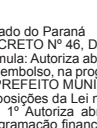
Exercício: 2020

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO ESTADUAL

Período de 01/01/2020 a 31/01/2020

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDNEY DE LIMA, comissio à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA de receberes do Governo Estadual os recursos a seguir discriminados, que se destinam, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Recorta	Data	Descrição	Valor
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00	10/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	7.440,64
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	10/01/2020	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	2.407,52
1.7.2.8.01.4.1.00.00.00.00.00.00	10/01/2020	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	2.895,99
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	20/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	7.191,89
1.7.2.8.01.3.1.00.00.00.00.00.00	20/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	3.862,65
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	20/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	17.362,26
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	20/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	7.799,96
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	21/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	149.813,00
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	21/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	6.073,23
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	22/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	6.814,21
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	03/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	206,36
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	13/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	8.064,37
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	23/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	10.345,52
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	14/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	12.751,08
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	14/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	6.572,23
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	24/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	15.478,34
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	15/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	10.802,21
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	06/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	2.167,35
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	16/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	8.901,97
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	07/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	12.336,36
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	07/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.980,43
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	07/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	6.572,23
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	17/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	15.768,35
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	08/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	18.739,59
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	08/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	15.110,80
1.7.2.8.01.1.1.02.00.00.00.00.00	08/01/2020	Incentivo CMDC - Delib. 08/2019	9.600,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	08/01/2020	Incentivo Atenção à Criança e Adolescente - Delib. 08/2019	30.000,00
1.7.2.8.01.1.1.04.00.00.00.00.00	08/01/2020	Incentivo Família Permanente II - Delib. 06/2019	48.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.00	28/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	68.212,25
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	28/01/2020	Cota-Parte do ICMS - Principal	15.110,80
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	09/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	4.131,84
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.00	29/01/2020	Cota-Parte do IPVA - Principal	15.988,12
Total			661.779,36



MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 46, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2020, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2020 e no Plano Plurianual de 2018-2021, O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei nº 2804 de 20 de fevereiro de 2020, DECRETA:

Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão..... 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração

04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000) R\$ 30.000,00

Órgão..... 06 S.M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários

15.452.0006.2006 Manutenção da Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000) R\$ 42.000,00

TOTAL R\$ 72.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão..... 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração

04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira

3.3.90.37.00.00 LOCAÇÃO DE MÁQ-DE-OBRA (FR 000) R\$ 30.000,00

Órgão..... 06 S.M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários

15.451.0006.3004 Reaparelhamento Asfáltico

4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 000) R\$ 20.000,00

Órgão..... 06 S.M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários

15.452.0006.2006 Manutenção da Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos

4.4.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000) R\$ 1.000,00

Órgão..... 06 S.M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários

15.452.0006.2006 Manutenção da Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos

4.4.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR 000) R\$ 1.000,00

Órgão..... 01 CHEFIA DE GABINETE

Unidade Orçamentária: 01.01 Chefia de Gabinete

04.122.0001.2001 Manutenção de Gabinete

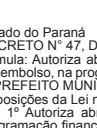
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR 000) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 72.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 20 fevereiro de 2020.

DARLAN SCALCO
Prefeito



MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 47, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Súmula: Autoriza abrir Crédito Especial por Superávit Financeiro para 2020, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2020 e no Plano Plurianual de 2018-2021, O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei nº 2804 de 20 de fevereiro de 2020, DECRETA:

Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Superávit Financeiro de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0011.3050 Incentivo Apimora CRAS e CREAS

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 873) R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro da seguinte fonte de recurso:

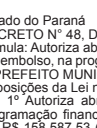
873 - Incentivo Apimora CRAS e CREAS R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 20 de fevereiro de 2020.

DARLAN SCALCO
Prefeito



MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 48, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2020, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2020 e no Plano Plurianual de 2018-2021, O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei nº 2803 de 20 de fevereiro de 2020, DECRETA:

Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R\$ 158.587,53 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos) por Superávit Financeiro de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão..... 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde

10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 304) R\$ 52.070,00

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.48.00.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS (FR 865) R\$ 1.024,34

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR 871) R\$ 25.000,00

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR 871) R\$ 2.600,00

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (FR 871) R\$ 1.000,00

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 871) R\$ 1.000,00

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 871) R\$ 1.000,00

Órgão..... 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA

08.243.0011.6039 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

3

leis@ilustrado.com.br

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO PARANÁ
"A capital da amizade"



Departamento de Atenção Primária à Saúde

Norma Técnica Funcional do Pré-natal

UMUARAMA
2019

Secretaria Municipal de Saúde
Departamento de Atenção Primária à Saúde

Cecília Cividini Monteiro da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Renata F.Campagnolo de Oliveira
Diretora de Saúde

Elizeu Ampessam
Diretor da Atenção Primária à Saúde
Equipe Técnica Responsável / 2015
Daiane Cortêz Raimondi
Edilson Albuquerque

Ezequiel Mattei
Iolanda Yoko Tomimaga
Michelle Aparecida de Siqueira
Salem Abou Rahal
Samantha Regiane Vilani
Simony Rodrigues Bernardelli

Equipe Técnica Responsável Atualização/ 2019
Ceres Giacometti
Ezequiel Mattei
Michelle Aparecida de Siqueira Fazolei

UMUARAMA
2019

ATUALIZAÇÃO

NORMA TÉCNICA FUNCIONAL DO PRÉ-NATAL

Cecília Cividini Monteiro da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Elizeu Ampessam
Diretor da Atenção Primária em Saúde

Ceres Giacometti
Médica Ginecologia e Obstetrícia da Maternidade Regional/NOROSPAR de Umuarama e CRMI

Ezequiel Mattei
Diretor da Maternidade Regional/NOROSPAR de Umuarama e Médico Responsável pelo Atendimento de Gestante de Alto Risco

Renata F.Campagnolo de Oliveira
Diretora de Saúde

Michelle Aparecida de Siqueira Fazolei

Coordenadora do Programa Nascer em Umuarama

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. ASPECTOS A SEREM ABORDADOS NAS AÇÕES EDUCATIVAS.....	05
3. RELAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS POR TRIMESTRE.....	06
3.1. 1º TRIMESTRE (ROTINA I).....	07
3.2. 2º TRIMESTRE (ROTINA II).....	08
3.3. 3º TRIMESTRE (ROTINA III).....	08
4. COLETA DE PREVENTIVO.....	09
5. ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO GESTACIONAL.....	09
5.1. RISCO HABITUAL.....	09
5.2. RISCO INTERMEDIÁRIO.....	09
5.3. ALTO RISCO.....	10
5.3.1. Condição clínica pré-existente.....	10
5.3.2. Intercorrências clínicas.....	10
6. ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO PARA CRIANÇA.....	11
6.1. RISCO HABITUAL.....	11
6.2. RISCO INTERMEDIÁRIO.....	12
6.3. ALTO RISCO.....	12
7. FLUXO DE ATENDIMENTO.....	12
7.1. GESTANTE DE RISCO HABITUAL.....	12
7.2. GESTANTE DE RISCO INTERMEDIÁRIO.....	13
7.3. GESTANTE DE ALTO RISCO.....	14
7.3.1. Exames complementares – referência de alto risco.....	14
7.3.2. Ultrasonografia morfológica.....	15
7.4. FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PRÉ-NATAL.....	16
7.5. CRIANÇAS.....	17
7.6. PUÉRPÉRIO.....	17
8. GESTÃO DE CASO.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18
ANEXOS.....	19

1. INTRODUÇÃO

O acompanhamento de pré-natal possui a finalidade de monitorar e garantir o desenvolvimento da gestação, bem como o nascimento de um recém-nascido saudável, sem impacto a saúde materna e neonatal, sendo necessário abordar aspectos psicossociais e atividades educativas e preventivas. Assim, a assistência ao pré-natal deve ser realizada desde o início da gravidez, parto e puerpério, sendo necessária a captação precoce (até 12ª semana) a fim de assegurar uma atenção de qualidade e humanizada.

A organização dos serviços deve proporcionar a realização mínima de 7 consultas, realização de exames laboratoriais e de imagem, estratificação de risco das gestantes e da criança, atendimento em ambulatório especializado para a gestantes e crianças de risco, e a garantia do parto por meio de um sistema de vinculação ao hospital conforme risco gestacional.

A porta de entrada para realização do pré-natal da gestante é a Unidade de Saúde da sua área de abrangência, a qual integra uma assistência de qualidade, resolutive e ordenada ao cuidado dos cidadãos residentes em seu território.

Recomenda-se que o atendimento à gestante seja realizado no mesmo dia por uma equipe multiprofissional como enfermeiro, médico, dentista e grupo de gestante; de maneira oportuna a facilitar sua adesão ao pré-natal. É válido salientar que devem ser realizadas atividades educativas as gestantes das unidades, nos quais poderão abordar um tema mensal em encontros semanais.

2. ASPECTOS A SEREM ABORDADOS NAS AÇÕES EDUCATIVAS

- A importância do acompanhamento do pré-natal com a realização das consultas(médica e de enfermagem), exames laboratoriais, de imagem e vacinação;
- Cuidados com a higiene corporal, principalmente, na prevenção de infecções urinárias ou vaginais; (enfatizar a higienização correta na coleta de exame de urina);
- Promoção da alimentação saudável;
- Desenvolvimento da gestação abordando as alterações fisiológicas, queixas mais comuns, e sinais de alerta na gestação (esclarecer quando procurar a maternidade – local de atendimento para urgência e emergência);
- Atividade sexual, incluindo prevenção das IST s/Aids e aconselhamento para testagem rápida de HIV, sífilis, e hepatites virais;
- Alimentação materno;
- Cuidados com o recém- nascido;
- Sinais e sintomas do trabalho de parto;
- Tipos de parto com suas vantagens e desvantagens,
- Saúde bucal na gestação e no recém-nascido;
- Planejamento familiar;
- Importância da consulta puerperal e triagem neonatal; acompanhamento da puericultura e vacinação;
- Promover visita à maternidade, com acompanhante, até o 6º mês de gestação.

3. RELAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS POR TRIMESTRE

A gestação é um processo fisiológico, e sua evolução se dá na maioria dos casos sem intercorrências. Porém, é necessário avaliar constantemente estas gestantes, sendo que a detecção precoce dos indicadores de risco e prevenção de suas complicações para a mãe e para o bebê; são realizados através da anamnese, exame clínico-obstétrico, exames laboratoriais e de imagem que definem uma adequada atenção à gestante.

Os exames laboratoriais de gestante devem ser agendados para laboratório da UNIPAR.

As rotinas I, II, III de exames deverão ser solicitadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

3.1. 1º TRIMESTRE (ROTINA I)

Deverá ser solicitado preferencialmente antes da 12ª semana gestacional (no máximo 12 semanas)

- Teste rápido de gravidez;
- Teste rápido para HIV + HIV (Elisa);
- Teste rápido para sífilis+ VDRL+ (FTA-ABS se VDRL+);
- Triagem sanguínea
- Eletroforese de hemoglobina (teste da mázquina)
- Hemograma Completo
- Urina 1+ Urocultura +Antibiograma
- Glicemia em jejum (se resultado>92,solicitar HBA1c-hemoglobina glicada)
- Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da Hepatite B(HBS AG)
- Ultrassonografia obstétrica/ Transvaginal com Translucência Nucal (entre 11 e 13 sem+6d)
- Exame citopatológico cérvico-vaginal-microflora
- Toxoplasmose IGG e IGM (Se IGM reagente-Solicitar Avidoz,preferencialmente na mesma amostra de sangue da 1ª coleta e antes da 16ª semana de gestação)
- Coombs indireto (somente para RH negativo)
- Parasitologia de fezes
- TSH: Resultados >4 Solicitar T4 livre e anti TPO;se resultado >+iniciar tratamento
- Bacterioscopia de secreção vaginal *ATENÇÃO: Não solicitar cultura para strepto no 1º trimestre

3.2. 2º TRIMESTRE (ROTINA II)

- Teste Rápido HIV+HIV(Elisa)
- Teste rápido para sífilis+ VDRL+ (FTA-ABS se VDRL+)
- Urina 1+ Urocultura +Antibiograma
- Teste oral de tolerância a glicose (entre 24 e 28 semanas)
- Toxoplasmose IGG e IGM (Se IGM reagente- Solicitar Avidoz,preferencialmente na mesma amostra de sangue da 1ª coleta e antes da 16ª semana de gestação)
- Coombs indireto (somente para RH negativo)
- US morfológico (à critério do obstetra- entre 22 e 24 semanas)
- Bacterioscopia
- Hemograma Completo
- Ultrassonografia obstétrica/ Transvaginal com medida de colo (entre 22 e 24 sem)
- Coombs indireto (somente para RH negativo)
- US morfológico (à critério do obstetra- entre 22 e 24 semanas)

3.3. 3º TRIMESTRE (ROTINA III)

- Teste Rápido HIV+HIV(Elisa)
- Teste rápido para sífilis+ VDRL+ (FTA-ABS se VDRL+)
- Hemograma Completo
- Urina 1+ Urocultura +Antibiograma
- Bacterioscopia com cultura de streptococcus B Hemolítico
- Cultura de streptococcus Agalactiae-GBS entre 35 e 37 semanas
- Toxoplasmose IGG e IGM (Se IGM reagente- Solicitar Avidoz,preferencialmente na mesma amostra de sangue da 1ª coleta e antes da 16ª semana de gestação)
- Coombs indireto (somente para RH negativo)
- Ultrassonografia obstétrica (de 32 a 36 semanas)
- Glicemia em je juim
- *US OBSTÉTRICO COM DOPPLER : à critério do médico gineco/obstetra

4.COLETA DE CITOLOGIA ONCÓTICA

O exame preventivo será realizado preferencialmente no 1º trimestre (conforme linha guia 2018). A fim de agilizar o resultado do exame das gestantes, o mesmo deve ser identificado na parte superior do formulário (rosa)➡ Gestante.

5.ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO GESTACIONAL

A estratificação de risco para a gestante,garante o vínculo e o acesso para o atendimento em uma referência ambulatorial e/ou hospitalar especializado.A definição do risco gestacional será realizada na primeira consulta e nas consultas subsequentes,sendo definidos três graus de risco: **Habitual, Intermediário e Alto Risco.**

5.1.**RISCO HABITUAL:** São gestantes que não apresentam fatores de risco individual, sociodemográficos, de história reprodutiva anterior, de doença ou agravos.

5.2. **RISCO INTERMEDIÁRIO:** São gestantes que apresentam fatores de riscos relacionados às características individuais (raça, etnia e idade), sociodemográficas (escolaridade) e de história reprodutiva anterior, relacionados a seguir: - Gestantes negras ou indígenas;

- Gestantes com mais de 40 anos;
- Gestantes analfabetas ou com menos de 3 anos de estudo;
- Gestantes com histórico de óbito em gestação anterior (aborto, natimorto ou óbito).

5.3.**ALTO RISCO:** São gestantes que apresentam fatores de riscos relacionados a seguir:

5.3.1. DOENÇAS PRÉVIAS À GESTAÇÃO ATUAL:

- Hipertensão arterial em tratamento;
- Dependência de drogas ilícitas;
- Cardiopatias em tratamento e/ou em acompanhamento;
- Pneumopatias em tratamento;
- Nefropatias em tratamento e/ou acompanhamento;
- Diabetes;
- Hipertiroidismo;
- Má formação utero/vaginal;
- Epilepsia;
- Hemopatias exceto anemia leve e moderada(fisiológicas da gestação);
- Doenças infecciosas (considerar a situação epidemiológica local,doenças periodontal e seu impacto na gestação);
- Doenças autoimunes;
- Cirurgia utero/vaginal prévia(fora da gestação);
- Hipertiroidismo T4L alterado ou paciente em tratamento;
- Neoplasias;
- Obezidade Morbida;
- Cirurgia bariátrica(com menos de 2 anos pós-operatório);
- Pânico e depressão grave;
- Dependência de drogas lícitas (tabagismo/alcoolismo/com intercorrências clínicas ou outro fator de risco materno-fetal.

5.3.2. INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS NA GESTAÇÃO ATUAL:

- Doenças infectocontagiosas vividas durante a gestação atual (infecção de repetição do trato urinário, doenças do trato respiratório, rubéola, HIV, toxoplasmose, sífilis, infecção por Zika Vírus, gripe por influenza, hepatites virais, outras arboviroses com recussão fetal);
- Gestação gemelar;
- Isotomização Rh;
- Diabetes mellitus gestacional;
- Retardo crescimento intraútero (peso fetal estimado abaixo do percentil 10);
- Trabalho de parto prematuro;
- Amniorrexe prematuro (abaixo de 37 semanas de gestação);
- Placenta prévia;
- Sangramento de origem uterina;
- Má formação fetal confirmada;
- Mudança abrupta na curva de IMC.

6. FLUXO DE ATENDIMENTO

6.1 GESTANTE DE RISCO HABITUAL

A gestante de risco habitual deverá realizar o acompanhamento do pré-natal na UBS, sendo a primeira consulta com o enfermeiro, onde este realizará o cadastro no Sis prenatal, preenchimento da carteira da gestante e solicitação dos exames da Rotina I/USG. Será agendado consulta para o clínico geral da Unidade que realizará a classificação de risco e encaminhará para o Centro de Referência Materno Infantil (CRMI) com médico gineco-obstetra, nas seguintes idades gestacionais: 12 º, 24 º, 30 º, 34 º semanas, intercalando-as com as consultas dos profissionais da UBS, sendo estas também intercaladas entre o enfermeiro e o médico.

É válido ressaltar que as gestantes deverão ser encaminhadas para CRMI, somente, com resultados de exames laboratoriais da Rotina I e USG. Todos os exames deverão ser anexados na pasta da gestante em ordem cronológica inicial para a atual, sendo que as USG ficarão no início da pasta. A pasta deverá ser apresentada no momento do novo USG para possibilitar a avaliação do crescimento intrauterino e promover uma melhor assistência.

As gestantes serão encaminhadas para MATERNIDADE/NOROSPAR para avaliação e cardiocotografia, através de pedido médico ou do enfermeiro, nas seguintes idades gestacionais: 37 º, 38 º, 39 º e 40 º semanas; o que não exclui o atendimento de pré-natal realizado na UBS, uma vez que na maternidade só é realizado o cardió.

A comunicação entre estes dois níveis de atenção será através de referência/contra-referência ou anotação na carteira da gestante.

Os agendamentos serão realizados pela UBS de origem, sendo que o CRMI não agenda retorno!!!

6.2 GESTANTE DE RISCO INTERMEDIÁRIO

A gestante deve iniciar seu acompanhamento do pré-natal na UBS, sendo a primeira consulta com o enfermeiro, que realizará o cadastro no Sis prenatal, preenchimento da carteira da gestante e solicitação dos exames da Rotina I/USG; será agendado consulta para o clínico geral da Unidade, que realizará a classificação de risco e encaminhará a gestante para o Centro de Referência Materno Infantil (CRMI), com os médicos gineco-obstetras. As consultas do CRMI devem ser intercaladas com as consultas da UBS, sendo estas intercaladas ainda entre o médico e enfermeiro.

A gestante deverá ser encaminhada para o CRMI, somente, com resultados de exames laboratoriais da Rotina I e USG. Todos os exames deverão ser anexados na pasta da gestante em ordem cronológica inicial para a atual, sendo que as USG ficarão no início da pasta. A pasta deverá ser apresentada no momento do novo USG para possibilitar a avaliação do crescimento intrauterino e promover uma melhor assistência.

Encaminhar para MATERNIDADE/NOROSPAR, para avaliação e cardiocotografia, através de pedido médico ou do enfermeiro, nas seguintes idades gestacionais: 37 º, 38 º, 39 º e 40 º semanas; o que não exclui o atendimento de pré-natal realizado na UBS, uma vez que na maternidade só é realizado o cardió.

A comunicação entre estes dois níveis de atenção será através de referência/contra-referência ou anotação na carteira da gestante.

Os agendamentos serão realizados pela UBS de origem, sendo que o CRMI não agenda retorno!!!

6.3 GESTANTE DE ALTO RISCO

A gestante deve iniciar seu acompanhamento do pré-natal na UBS, sendo a primeira consulta com o enfermeiro, que realizará o cadastro no Sis prenatal, preenchimento da carteira da gestante e solicitação dos exames da Rotina I/USG;será agendada consulta para o clínico geral da Unidade que realizará a classificação de risco e encaminhará a gestante para consulta no CRMI (triagem de alto risco com Dra Ceres); após, as mesmas serão encaminhadas (S/N) para o CENTRO MÃE PARANAENSE (Dr Ezequiel Mattei). Tais consultas devem ser intercaladas com as da UBS, sendo estas intercaladas ainda entre o médico e enfermeiro.

A gestante deverá ser encaminhada para o Alto Risco, somente, com resultados de exames laboratoriais da Rotina I e USG. Todos os exames deverão ser anexados na pasta da gestante em ordem cronológica inicial para a atual, sendo que as USG ficarão no início da pasta. A pasta deverá ser apresentada no momento do novo USG para possibilitar a avaliação do crescimento intrauterino e promover uma melhor assistência.

no início da pasta. A pasta deverá ser apresentada no momento do novo USG para possibilitar a avaliação do crescimento intrauterino e promover uma melhor assistência.

Encaminhar para MATERNIDADE/NOROSPAR, para avaliação e cardiocotografia , através de pedido médico ou enfermeiro, nas seguintes idades gestacionais: 37 º, 38 º, 39 º e 40 º semanas; o que não exclui o atendimento de pré-natal realizado na UBS, uma vez que na maternidade só é realizado o cardió.

A comunicação entre estes dois níveis de atenção será através de referência/contra-referência ou anotação na carteira da gestante.

Os agendamentos do retorno serão realizados pela Referência de Alto Risco no Centro Mãe Paranaense, porém o acompanhamento do pré-natal deverá ser realizado também na UBS.

6.3.1 Exames complementares – referência de alto risco

- Os exames complementares citados abaixo deverão ser solicitados pela Referência de Alto Risco:
- Determinação da curva glicêmica;
- Dosagem de proteínas (urina 24 horas);
- Dosagem de uréia;
- Dosagem de creatinina;
- Dosagem de ácido úrico;
- Desidrogenase lática (LDH);
- Eletrocardiograma (ECG);
- Contagem de plaquetas;
- USG Obstétrico com Doppler;
- Tococardiografia anteparto. ???????????????

6.3.2 Ultrassonografia morfológica - referência de alto risco

- A USG morfológica será solicitada apenas na referência de alto risco para casos de:
- Dependência de drogas lícitas e ilícitas;
- Endocrinopatias (principalmente diabetes e tireoidopatias);
- Epilepsia;
- Doenças infectocontagiosas na gestação atual (sífilis, toxoplasmose, etc.);
- Neoplasia;
- Gemeiidade;
- Suspeita de má formação fetal

CONFIRMAR COM OS OBSTETRAS!!!!!!!!!!!!

6.4 FLUXOGRAMA DE PRÉ-NATAL

NASCEM EM UMUARAMA

Fluxograma detalhando o processo de atendimento ao pré-natal, desde a porta de entrada até o parto, incluindo a classificação de risco e o encaminhamento para a maternidade ou hospital especializado.

6.5 CRIANÇAS

Todos os recém-nascidos da Maternidade Norospar devem receber alta hospitalar com sua primeira consulta agendada na maternidade através do sistema DB1 com pediatra Dr Kelson Ferrari, no ambulatório "BEBÊ SAUDAVEL", do Centro de Saúde Escola. Avaliado a estratificação como de risco, segue para acompanhamento na UBS e se necessário no CRMI, sendo que o agendamento deverá ser realizado pela UBS de origem.

6.6 PUÉRPÉRIO

Os profissionais da UBS devem realizar visita domiciliar a fim de acompanhar e monitorar a puerpera e criança na primeira semana após o parto, sendo preconizada a visita até o 5º dia após o nascimento da criança.

Os(as) enfermeiros(as) da UBS serão informados sobre os nascimentos que ocorrem no Município via email, para que os mesmos possam tempo hábil para realização da visita puerperal.

Na visita domiciliar puerperal deverá ser observado o estado geral da mãe, verificar o estado geral da criança, presença de icterícia e sinais de perigo (vômito, fontanela abaulada, sinais de dor à manipulação, hipotermia, secreção no ouvido e umbigo, convulsões, taquipnéia), orientar sobre planejamento familiar, cuidado com o coto umbilical e higiene, imunização, estimular a puerpera para o aleitamento materno, avaliar a carteira da criança e orientar a puerpera sobre a consulta puerperal na unidade de saúde, bem como o acompanhamento de puericultura do recém-nascido.

7. GESTÃO DE CASO

Compreende o acompanhamento da gestante e do recém-nascido até 1 ano de idade, de acordo com os critérios definidos pela Secretaria Estadual de Saúde - SESA/PR:

- Gestantes com histórico de abortamento, natimorto ou óbito infantil anterior (menor de 1 ano);
- Gestantes analfabetas ou com menos de 3 anos de escolaridade;
- Gemeiidade (definido pela 12ª Regional de Saúde);

O gestor de caso poderá ser qualquer profissional de saúde (médico, enfermeiro, ACS) que irá elaborar um plano de cuidado e monitorá-lo. Inicia-se com o envio da ficha de notificação de gestante (Anexo 01) com dados da usuária eleita diretamente para e-mail: gestandecaso@sesa.pr.gov.br; onde a Superintendência da Atenção à Saúde/SES/ASAS orientará as ações implantadas mensalmente, diretamente com o gestor do caso, via e-mail.

A lista de gestantes da gestão de caso deverá ser enviada, mensalmente, para Secretaria Municipal de Saúde - SMS pelo e-mail: iolandyoko@umuarama-pr.gov.br que enviará para MATERNIDADE/NOROSPAR, a fim de priorizar o atendimento em casos de intercorrências, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e infantil.

O gestor de caso deverá realizar o acompanhamento da gestante, puerpera e criança por 18 meses, sendo que para este acompanhamento deverá utilizar o monitoramento de gestão de caso (Anexo 02) e o quadro de ações determinantes para elaboração do Plano de Cuidado das Gestantes, Puerperas e Crianças menores de 1 ano (Anexo 03).

ANEXOS

ANEXO 01 – FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE GESTANTE PARA GESTÃO DE CASO

PARANÁ SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE MÃE PARANAENSE

NOTIFICAÇÃO DE GESTANTE PARA GESTÃO DE CASO

Formulário de notificação de gestante para gestão de caso, incluindo dados pessoais, dados da usuária, dados do parto, identificação da APS e risco identificado.

ANEXO 02 – FICHA DE MONITORAMENTO DE GESTÃO DE CASO

Formulário de monitoramento de gestão de caso, com tabelas para registro de dados e acompanhamento de gestantes, puerperas e crianças.

ANEXO 03 – PLANO DE CUIDADO DA GESTANTE, PUÉRPERA E CRIANÇA MENOR DE 1 ANO

PARANÁ Ações determinantes para elaboração do Plano de Cuidado

Formulário para elaboração do plano de cuidado, com tabelas para registro de ações, dados e adesão.

Formulário de acompanhamento de gestantes, puerperas e crianças, com tabelas para registro de dados e acompanhamento de gestantes, puerperas e crianças.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI

Informações de contato e endereço da Prefeitura Municipal de Alto Piquiri.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

CONSIDERANDO que o art. 161, § 1º, I da Lei Orgânica do Município de Alto Piquiri-PR, determina que deverá haver valorização e dignificação da função pública e do servidor público.

CONSIDERANDO que o art. 79, I e art. 80 da Lei Municipal nº 455/1992 prevê o pagamento de auxílio-alimentação para os servidores públicos estatutários.

LEI:

Art. 1º O benefício do vale alimentação aos servidores efetivos do Poder Legislativo do Município de Alto Piquiri – PR, a partir do mês de fevereiro de 2020 passa a ser concedido através de cartão magnético na função de débito, por intermédio de empresa especializada em empresas de operações on-line nesta natureza, sendo o Poder Legislativo, desde já, autorizado a firmar contrato com pessoa jurídica.

Art. 2º O novo valor mensal do vale alimentação será de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) sobre o qual haverá reajustamento pelo INPC a cada 12 (doze) meses.

Art. 3º O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciária.

Art. 4º O benefício não será pago quando o servidor estiver licenciado por motivo de afastamento do cargo (arts. 120, VI e 142 da Lei Municipal nº 455/1992) ou licenciado para tratar de interesses particulares (arts. 120, X e 148 da Lei Municipal nº 455/1992).

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias e o Legislativo fará com que haja previsão e aporte de recursos nas leis orçamentárias anuais, a fim de garantir o pagamento do vale alimentação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Resolução nº. 03/2017.

Alto Piquiri, Quinze-leira, 20 de Fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná DECRETO Nº 035/2020

Emenda: Abre crédito adicional por excesso de arrecadação embasado no disposto na Lei 2351/2019, em especial o artigo 19º, e Lei 2358/2019, em especial o artigo 6º, e das outras providências.

ALEXANDRE LUCENA, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica, nos termos do disposto na Lei 2351/2019, em especial o artigo 19º, e Lei 2358/2019, em especial o artigo 6º, aberto no corrente exercício financeiro, crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, por fonte de recurso do exercício financeiro de 2020, sem comprometimento financeiro, em até R\$ 151,21 (cento e cinquenta e um reais e vinte e um centavos), com a seguinte ordem classificatória: 04.02CENCARGOS-GERAIS FIF(2884612112011indenizações e restituições 8925083.3.90.93Indenizações e restituições151.21

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados como recursos o excesso de arrecadação apurado em receita provenientes de rendimento de aplicação financeira, resultantes da transferência voluntária advindas do Ministério do Turismo, por meio do convênio 846939/2017, não previsto em orçamento do presente exercício financeiro, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, no valor elencado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º - O presente crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 19, § 2º da Lei Municipal 2351/2019 e artigo 6º, § 2º da Lei Municipal 2358/2019.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições.

Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 20 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Estado do Paraná	
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA	
Secretaria Municipal de Saúde	
ESTADO DO PARANÁ	
"A capital da amizade"	
REGIMENTO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
UMUARAMA 2019	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUARAMA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 08.931.506/0001-26	
RUA PAULO PEDROSA DE ALENCAR, 4253	
CEP: 87501-270Cidade: UMUARAMA –PR FONE: (44) 3639-1900	
COMISSÃO CIENTÍFICA:	
APROVAÇÃO:	
SECRETARIA DE SAUDE:	
DIRETORA DE SAUDE:	
DIRETOR DAATENÇÃO PRIMARIA:	
SUMÁRIO	
CAPÍTULO I – DA FINALIDADE.4	
CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.5	
CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO5	
CAPÍTULO IV – DO PESSOAL E SUAS ATRIBUIÇÕES5	
CAPÍTULOV– DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, AVALIAÇÃO E DESLIGAMENTO11	
CAPÍTULO VIII – DO HORÁRIO DE TRABALHO12	
CAPÍTULO IX – DAS NORMAS E DISPOSIÇÕES GERAIS13	
fluxograma	
CAPÍTULO I	
DAS FINALIDADES	
Organizar, orientar e documentar todo o desenvolvimento do Serviço de Enfermagem, visando cumprir sua missão, que consiste no compromisso e dever dos profissionais da enfermagem para clientes, família, comunidade e equipe de saúde.	
Art. 1º - O Serviço de Enfermagem possui como finalidades:	
I– Executar as atribuições específicas de enfermagem no atendimento e assistência aos clientes, regulamentada na Lei do Exercício Profissional;	
II– Promover a saúde e a qualidade de vida da pessoa, família e coletividade;	
III- Assistir ao indivíduo, família e comunidade seguindo as diretrizes do SUS: integralidade, equidade, enfoque individual, familiar e coletivo, humanização, intersetorialidade, democratização do conhecimento e participação popular;	
IV– Planejar, supervisionar e executar todas as atividades de enfermagem existentes na Instituição, conforme a legislação vigente;	
V– Propiciar ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades educativas e assistenciais;	
VI- Identificar as necessidades, promover e colaborar em programa de ensino, pesquisa, treinamento em serviço e no aperfeiçoamento da equipe de enfermagem;	
VII– Planejar os materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades diárias e campanhas, desenvolver atividades visando reduzir os gastos oriundos do desperdício e perda de equipamentos e materiais devido ao vencimento do prazo de validade;	
VIII - Integrar os serviços de saúde da Atenção Primária a Saúde (APS) com os outros pontos de atenção da rede, respeitando os preceitos éticos e legais da profissão, os princípios do SUS e da APS;	
IX – Trabalhar de acordo com o Código de Ética de Enfermagem.	
CAPÍTULO II	
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
O Serviço de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias Saúde da Família (ESF) é coordenado tecnicamente, assistencialmente e administrativamente através da SMS pela Coordenação Geral das Unidades de Saúde, e no âmbito das unidades (ESF e UBS) pelo enfermeiro gerente – responsável técnico – RT, quando houver, ou por enfermeiro assistencial responsável técnico – RT.	
Art. 2º - Em sua estrutura organizacional e composta de:	
I - Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Diretoria Municipal de Saúde (DMS), Diretoria da Atenção Primária (DAB), esta por sua vez possui as seguintes áreas técnicas vinculadas:	
II - (CGUS) Coordenação Geral das Unidades de Saúde,	
III - Assistência Farmacêutica,	
IV - Saúde do Adulto/Idoso,	
V - Saúde da Mulher,	
VI - Saúde da Criança/Adolescente,	
VII - Saúde Mental,	
VIII - Saúde Bucal,	
IX - Redes de Atenção a Saúde (RAS)	
Parágrafo Primeiro – A CGUS, devem ser formada por profissionais enfermeiros e estruturada como Coordenação técnica que atuam na rede de serviços a partir das Unidades de Saúde.	
Parágrafo Segundo – Tem como atribuição (dentre outras), a Coordenação Técnica das Ações de Enfermagem: Orientação, monitoramento, e avaliação do processo de trabalho tanto no modelo de ESF e ou UBS, articulando os seguimentos das áreas técnicas dentro das R.A.S.	
Parágrafo Terceiro – Os serviços a serem coordenados pelas CGUS e desenvolvidos nas Unidades de Saúde, devem ser discutido através de reuniões semanais em caráter ordinário ou se necessário reuniões extraordinárias, para discussão de definição dos instrumentos de normatização nos serviços e outros materiais de caráter técnico e operacional padronizados, deve-se flexibilizar o mínimo possível e onde houver necessidade de articulação de seguimento, este deve ser discutido entre os profissionais da equipe técnica CGUS, e aprovada pelo Diretor de Saúde.	
CAPÍTULO III	
DA COMPOSIÇÃO	
Art. 3º - O pessoal que compõe o Serviço de Enfermagem está assim classificado:	
I – Coordenador Geral das Unidades de Saúde (CGUS)	
II – Enfermeiro Gerente – RT;	
III - Enfermeiro Assistencial; IV- Técnico de Enfermagem; V– Auxiliar de Enfermagem;	
CAPÍTULO IV	
DOS REQUISITOS E SUAS ATRIBUIÇÕES	
Seção I: Dos requisitos	
Art. 4º: Requisitos necessário aos profissionais da enfermagem:	
I – Possuir vínculo empregatício: (Concurso Publico ou Processo seletivo)	
II – Possuir Registro vigente no Conselho Regional de Enfermagem- Pr.	
III – Desempenhar suas funções conforme lei que regulamenta o exercício profissional (7.498 de 25 de Junho de 1986)	
IV – Designar-se em suas funções: Conhecimento técnico, ética, postura, capacidade de trabalhar em equipe e iniciativa.	
Parágrafo Único – Os Coordenadores Geral das Unidades de Saúde, devem ser os norteadores dos processos de serviços, devem estes possuir conhecimento prático, técnicos científicos atualizados dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da padronização definida pela Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.	
Seção II: Das atribuições	
Art. 5º - Ao Enfermeiro CGUS, compete:	
I – Acompanhar e analisar o processo de serviços das unidades de saúde, apresentar propostas de adequação se necessário visando a qualidade da assistência e a manutenção da padronização,	
II- Coordenar a implementação das atualizações para a equipe de enfermagem/profissionais da Unidade de Saúde,	
III – Acompanhar, monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas, mediante uso de indicadores, apoiar, orientar e auxiliar se necessário em casos de deficit de metas,	
IV – Coordenar, acompanhar e auxiliar se necessário, os serviços de Sistematização de Assistência de Enfermagem, protocolos e normatização dos serviços,	
V – Participar das reuniões técnicas da SMS, para definição da padronização dos serviços de enfermagem,	
VI – Participar do processo de definição do gerenciamento do pessoal de enfermagem e de toda equipe que compõe a unidade de saúde,	
VII – Prestar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre todo o desenvolvimento dos serviços de enfermagem das Unidades de Saúde,	
VIII – Supervisionar ou participar da elaboração do Diagnostico situacional endemiológico e definir em conjunto com o enfermeiro RT da Unidade de Saúde estratégias para o plano de trabalho,IX – Apoiar/Desenvolver as atividades assistenciais do enfermeiro, quando se fizer necessário, (férias, atestado, afastamento, etc).	
Enfermeiros Coordenadores	
Enfermeiro Gerente - RT	
Art. 6º - Ao Enfermeiro Gerente - RT compete:	
a)Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefeia de serviço e de unidade de enfermagem; Desenvolver ações que facilitem a integração entre os profissionais de enfermagem; Realizar o diagnóstico situacional e plano de trabalho da unidade de saúde; Auxiliar o enfermeiro assistencial a organizar o serviço de enfermagem de acordo com as especificidades de cada Unidade de Saúde, fazendo cumprir o regimento do serviço de enfermagem, normas, rotinas e procedimentos operacionais padrão – POP;	
b)Assegurar que as ações de enfermagem ocorram de acordo com o código de ética de enfermagem;	
c)Viabilizar espaços de discussões técnicas e éticas com a equipe de enfermagem e SMS, DMS, CAP e CESF;	
d)Realizar reuniões com a equipe de enfermagem periodicamente (semanalmente), sendo as mesmas registradas em Atas;	
e)Realizar juntamente com o enfermeiro assistencial educação em serviço/continuada/permanente para equipe de enfermagem;	
f)Organizar e participar das campanhas de imunização, verificar e supervisionar constantemente os registros de imunobiológicos. Enviar os relatórios dentro do prazo padronizado, manter a sala de imunobiológicos dentro das normas e padrões estabelecidos a fim de manter eficácia e qualidade no armazenamento dos mesmos.	
g)Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da unidade;	
h)Supervisionar, realizar ou participar da elaboração de relatórios que necessitem conhecimentos técnico-científico, administrativo e/ou epidemiológico e emití-los aos setores necessários;	
i)Repassar as informações recebidas em reuniões para a equipe de enfermagem;	
j)Supervisionar os registros realizados pela equipe de enfermagem conforme a rotina administrativa do serviço;	
k)Acompanhar e analisar a produção dos serviços de enfermagem e alimentação do Sistema de Informação próprio, estadual e federal;	
l)Participar da elaboração de projetos de construção e reforma dos setores de atuação da enfermagem nas unidades de saúde;	
m)Participar do planejamento e monitorar os estágios curriculares desenvolvidos pela SMS/Prefeitura Municipal de Umuarama - PMU nas unidades de saúde;	
n)Participar da construção e planejamento do dimensionamento da equipe de enfermagem na unidade de saúde;	
o)Favorecer a integração entre a Unidade de Saúde e o Conselho Regional de Enfermagem (COREN), além de manter atualizada junto ao COREN – PR a relação de profissionais de enfermagem que atuam na Unidade;	
p)Aplicar penalidades disciplinares e elogios à equipe de enfermagem quando necessitar;	
q)Trabalhar de acordo com o Código de Ética de Enfermagem.	
Seção II	
Enfermeiro Assistencial	
Art. 5º - Ao Enfermeiro Assistencial compete:	
a)Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefeia de serviço e de unidade de enfermagem, quando não houver o enfermeiro gerente;	
b)Organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares;	
c)Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;	
d)Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;	
e)Consulta de enfermagem aplicando a Sistematização da assistência de enfermagem - SAE;	
f)Prescrição da assistência de enfermagem;	
g)Prestar assistência integral à pessoa, família e comunidade;	
h)Cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;	
i)Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;	
j)Auxiliar no acompanhamento do trabalho do agente comunitário;	
k)Acompanhar o cadastramento e atualização dos dados das famílias da área de abrangência realizada pelo agente comunitário;	
l)Supervisionar e coordenar ações de capacitação dos agentes comunitários de saúde e de técnicos/auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções;	
m)Participar das reuniões semanais/ diárias da equipe (conforme organização da unidade);	
n)Participar da análise da produção da equipe;	
o)Realizar registro das atividades de enfermagem exercidas, bem como supervisionar os registros realizados pela equipe de enfermagem conforme a rotina administrativa do serviço;	
p)Planejar e executar visita domiciliária de referência da unidade de saúde mediante a característica do serviço de saúde;	
q)Dividir e distribuir as tarefas à equipe sob sua responsabilidade, supervisionando e orientando quanto a sua execução;	
r)Participar e promover programas e atividades de educação em saúde, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da população em geral;	
s)Repassar as informações recebidas em reuniões para a equipe de enfermagem;	
t)Participar da elaboração do diagnóstico epidemiológico e social do território;	
u)Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;	
v)Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;	
w)Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;	
x)Aplicar penalidades disciplinares e elogios à equipe de enfermagem quando necessitar;	
y)Organizar e participar das campanhas de imunização, realizando a aplicação e aprazamento de imunobiológicos, além de manter os registros atualizados e busca ativa de acordo com as metas preconizadas pelo ministério da saúde. Enviar os relatórios dentro do prazo padronizado, manter a sala de imunobiológicos dentro das normas e padrões estabelecidos a fim de manter eficácia e qualidade no armazenamento dos mesmos.	
z)Realizar a investigação dos óbitos materno-infantil, de mulheres em idade fértil e natimorto sempre que houver a solicitação pela coordenação do Programa Nascer em Umuarama vinculado ao Comitê de Mortalidade Materno Infantil;	
aa) Participar das reuniões do Comitê de Mortalidade Materno Infantil, quando solicitado; bb) Realizar atividades e alimentação dos programas que foram pactuadas pelo Município	
através da Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde, como PSE, SISCAN, SISPRENATAL, SISCOLO, ESUS e Sistema Próprio;	
cc) Trabalhar de acordo com o Código de Ética de Enfermagem.	
Seção III	
Técnico de Enfermagem	
Art. 6º - Ao Técnico de Enfermagem compete:	
a)Participar da programação da assistência de Enfermagem;	
b)Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, conforme a Lei no 7498/86 do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN;	
c)Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar;	
d)Integrar a equipe de saúde, participando das atividades de educação em saúde;	
e)Assistir ao Enfermeiro: ao planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; na prestação de cuidados diretos de enfermagem a paciente em estado grave ou grupos de riscos; na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam vir a ocorrer ao cliente no decorrer da assistência à saúde; participação nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, em especial aos prioritários e de alto risco.	
f)Cumprir normas, POP e regulamentos disciplinares da unidade de saúde em que está inserido;	
g)Preparar o cliente para consultas, exames e tratamentos;	
h)Executar tratamentos prescritos, ou de rotina;	
i)Administrar medicações;	
j)Executar atividades de desinfecção e esterilização;	
k)Prestar cuidados de higiene e conforto ao cliente e zelar pela sua segurança;	
l)Realizar o registro adequado das informações necessárias do serviço de enfermagem e serviços afins (imunização, epidemiologia, sistema de informação entre outros);	
m)Zelar pela limpeza e ordem do material, equipamentos e das dependências da unidade de saúde, evitando desperdícios;	
n)Proceder higienização de equipamentos e utensílios dos consultórios e setores de trabalho da enfermagem;	
o)Desempenhar atividades extramuro, quando solicitado, como: visitas domiciliares, imunização, campanhas e eventos;	
p)Orientar a organização da recepção com relação ao fluxo de clientes;	
q)Auxiliar o controle do estoque de materiais necessários para o bom andamento dos serviços;	
r)Orientar os clientes quanto ao cumprimento das prescrições médicas e da enfermagem;	
s)Participar de atividades de educação permanente e/ou cursos de capacitação para desenvolvimento profissional;	
t)Participar de ações de vigilância à saúde;	
u)Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;	
v)Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;	
w)Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;	
x)Trabalhar de acordo com o Código de Ética de Enfermagem.	
Seção IV	
Auxiliar de Enfermagem	
Art. 7º - Ao Auxiliar de Enfermagem compete:	
a)Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;	
b)Executar ações de tratamento simples;	
c)Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;	
d)Participar da equipe de saúde;	
e)Colaborar com o enfermeiro nos trabalhos locais, executando as ações de enfermagem, sob orientação e supervisão do enfermeiro;	
f)Cooperar com o serviço de saúde, facilitando o desempenho de suas atividades na assistência, pesquisa, ensino e educação em saúde;	
g)Realizar procedimentos nos domicílios, quando solicitado e avaliado pelo Enfermeiro, como: visitas domiciliares, vacinação, campanhas e eventos;	
h)Realizar acolhimento e atendimento pré-consulta a fim de avaliar e acompanhar a condição de saúde do paciente;	
i)Zelar pela manutenção dos equipamentos e materiais do setor;	
j)Orientar a organização da recepção com relação ao fluxo de clientes;	
k)Auxiliar o controle do estoque de materiais necessários para o bom andamento dos serviços;	
y) Cumprir normas, POP e regulamentos disciplinares da unidade de saúde em que está inserido;	
l)Executar tratamentos prescritos, ou de rotina;	
m)Administrar medicações;	
n)Realizar curativos com de menor complexidade técnica;	
o)Executar atividades de desinfecção e esterilização;	
p)Realizar o registro adequado das informações necessárias do serviço de enfermagem e serviços afins (imunização, epidemiologia, sistema de informação entre outros);	
q)Zelar pela limpeza e ordem do material, equipamentos e das dependências da unidade de saúde, evitando desperdícios;	
r)Proceder higienização de equipamentos e utensílios dos consultórios e setores de trabalho da enfermagem;	
s)Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;	
t)Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atuação do sistema de saúde;	
w)Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;	
v)Trabalhar de acordo com o Código de Ética de Enfermagem.	
CAPÍTULO V	
DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, AVALIAÇÃO E DESLIGAMENTO	
Art.13º - Os requisitos necessários para a atuação dos profissionais de Enfermagem são:	
I– Enfermeiro Gerente – RT:	
a)Ser aprovado em concurso público ou contratado (Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Prefeitura Municipal de Umuarama - PMU)	
b)Possuir perfil de coordenador/gerente e ser indicado ao cargo pela CAP;	
c)Registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, com jurisdição na área onde ocorra o exercício e regularização anual do Conselho;	
d)Possuir Certidão de Responsabilidade Técnica pelo COREN;	
e)Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico e científico.	
II- Enfermeiro Assistencial:	
a)Ser aprovado em concurso público ou contratado (Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Prefeitura Municipal de Umuarama – PMU);	
b)Registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, com jurisdição na área onde ocorra o exercício e regularização anual do Conselho;	
c)Possuir Certidão de Responsabilidade Técnica pelo COREN, em casos que não tiver o enfermeiro gerente – RT na Unidade de Saúde;	
d)Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, liderança, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico e científico.	
III- Técnico de Enfermagem:	
a)Ser aprovado em concurso público ou contratado (Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Prefeitura Municipal de Umuarama - PMU);	
b)Registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, com jurisdição na área onde ocorra o exercício e regularização anual do Conselho;	
c)Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico.	
IV– Auxiliar de Enfermagem:	
a)Ser aprovado em concurso público ou contratado (Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Prefeitura Municipal de Umuarama - PMU);	
b)Registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, com jurisdição na área onde ocorra o exercício e regularização anual do Conselho;	
c)Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico.	
Art 14º - Os profissionais de Enfermagem deverão ser periodicamente avaliados, mediante instrumento de Avaliação de Desempenho previamente elaborado.	
Parágrafo Único – A Avaliação dos profissionais será realizada constantemente pelas coordenações, bem como por instrumento próprio aprovado pelo Município.	
CAPÍTULO VI	
DO HORÁRIO DE TRABALHO	
Art 15º - O Serviço de Enfermagem da SMS obedecerá aos seguintes turnos de trabalho, sendo realizados de segunda à sexta-feira:	
I– Enfermeiro Gerente – RT:	
a) 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min ou das 7h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou ainda carga horaria ???????	
II– Enfermeiro assistencial, técnico/auxiliar de enfermagem:	
a) 7h às 11h30min e das 13h30min às 17h.	
CAPÍTULO VII	
DAS NORMAS E DISPOSIÇÕES GERAIS	
Art. 16º - Todos os funcionários deverão apresentar-se ao trabalho no horário determinado, devidamente uniformizados (jaleco, calçado fechado) e identificados com crachás. O profissional deverá apresentar-se com vestimentas apropriadas de acordo com seu trabalho diário (não estar trajando vestimentas inadequadas: roupas transparentes, saia, minissaia, camisetas que não cubram todo o corpo, decote avantajado, bermuda, camiseta sem manga, bem como sapatos abertos: chinelos, sandálias, rasteirinhas);	
Art. 17º - O pessoal de Enfermagem não poderá receber de clientes ou familiares, pagamentos referentes aos serviços prestados durante sua jornada normal de trabalho;	
Art. 18º - O pessoal de Enfermagem deverá apresentar anualmente ao Enfermeiro RT, comprovante de quitação da anuidade em exercício, a fim de informação ao COREN;	
Art. 19º - Os Enfermeiros RT devem possuir a Carteira de Responsabilidade Técnica atualizada anualmente, sob pena de advertência.	
Art. 19º - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos representantes de enfermagem das Supervisões, Coordenadorias e Atenção Primária da SMS.	
Art. 20º - O Serviço de Enfermagem das Unidades de Saúde da administração direta, bem como o Serviço de Enfermagem contratado por organizações sociais (parcerias/administração indireta), deverá seguir as normas, regimento, POP, diretrizes, protocolos e notas técnicas, da Secretaria Municipal da Saúde - Umuarama.	
Art. 21º– O presente documento será de conhecimento de todos os profissionais de Enfermagem e permanecerá disponível de forma impressa em local acessível a toda a equipe de Enfermagem.	
Art. 22º – Este Regimento passa a vigorar a partir da homologação do Prefeito Municipal do Município de Umuarama, Secretário Municipal de Saúde e Diretora de Saúde e terá validade por um período de 03 (três) anos.	
Umuarama,___de ___de 2019.	
Celso Luiz Pozzobom	
Prefeito Municipal de Umuarama - Pr	
Cecilia Cividini Monteiro da Silva Secretária Municipal de Saúde SMS – Umuarama-Pr	
Renata Figueiredo Campagnoli de Oliveira Diretora de Saúde	
SMS – Umuarama – Pr	
Elizeu Ampessan	
Diretor da Atenção Primaria em Saúde	
Umuarama - Pr	

